



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38134>

DOI: 10.9771/gmed.v12i1.38134

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by UFBA/FACED. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

RAÍZES DO FEMINISMO POLÍTICO E EMBATES ATUAIS

ROOTS OF POLITICAL FEMINISM AND CURRENT CLASHES

RAÍCES DEL FEMINISMO POLÍTICO Y ENFRENTAMIENTOS ACTUALES

<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38134>

Maria Lygia Quartim de Moraes¹

Resumo. A atual proliferação de grupos e ativistas feministas em vários países da América do Sul demonstra o vigor das reivindicações das mulheres na cena política, quer seja em manifestações de rua; nos movimentos estudantis, LGBTs; na luta antirracista. Este artigo parte da hipótese de que, não obstante a importância indiscutível das reivindicações e lutas do século XIX, a verdade é que somente no século XX que o feminismo colocou-se como movimento social com um projeto de transformações da sociedade. É na segunda metade do século XX, no período da pós guerra mundial, que as feministas elaboraram suas teorias contra o biologismo das ciências sociais e contra o androcentrismo acadêmico. Nos países do Cone Sul, que sofreram anos de ditaduras militares, os movimentos de mulheres tiveram uma importância crucial na denúncia dos crimes das ditaduras e no processo de reconstrução da democracia. Não obstante sua concordância em temas fundamentais, as feministas podem ser agrupadas em dois blocos no que concerne à questão do capitalismo. O feminismo político privilegia uma perspectiva da contradição de classes e da necessária superação do capitalismo. Ao mesmo tempo enfatizam a tese de que é a partir das suas lutas, enquanto trabalhadoras exploradas; enquanto vítimas da violência sexual; enquanto oprimidas por duas ou mais jornadas de trabalho que as mulheres conseguiram sua emancipação.

Palavras chaves: feminismos, marxismo, socialismo

Abstract. The current proliferation of feminist groups and activists in several countries in South America demonstrates the strength of women's demands on the political scene, whether in street demonstrations; in student and LGBT movements; in the anti-racist struggle. This article is based on the hypothesis that in fact, it was only in the 20th century that feminism was placed as a social movement with a project for the transformation of society, despite the indisputable importance of the demands and struggles of the 19th century. It is in the second half of the 20th century, in the post-world war period, that feminists developed their theories against the biologism of social sciences and against academic androcentrism. In the countries of the Southern Cone, which have suffered years of military dictatorships, women's movements have played a crucial role in denouncing the crimes of dictatorships and in the democracy reconstruction process. Despite their agreement on fundamental themes, feminists can be grouped in two blocks with regard to the issue of capitalism. Political feminism favors a perspective of class contradiction and the necessary overcoming of capitalism. At the same time, they emphasize the thesis that it is from their struggles, as exploited workers; as victims of sexual violence; while oppressed by two or more working hours that women achieved their emancipation.

Key words: feminisms, Marxism, socialism

Resumen. La actual proliferación de grupos y activistas feministas en varios países de América del Sur demuestra la fuerza de las demandas de las mujeres en la escena política, ya sea en manifestaciones callejeras; en movimientos estudiantiles y LGBT; en la lucha antirracista. Este artículo parte de la hipótesis de que de hecho solo en el siglo XX el feminismo se ubicó como un movimiento social con un proyecto de cambios en la sociedad, a pesar de la importancia indiscutible de las demandas y luchas del siglo XIX. Es en la segunda mitad del siglo XX, en el período de la posguerra mundial, cuando las feministas desarrollan sus teorías contra el biologismo de las ciencias sociales y contra el androcentrismo académico. En los países del Cono Sur, que han sufrido años de dictaduras militares, los movimientos de mujeres jugaron un papel crucial en la denuncia de los crímenes de las dictaduras y en el proceso de reconstrucción de la democracia. A pesar de su acuerdo en temas fundamentales, las feministas pueden agruparse en dos bloques en lo que respecta al tema del capitalismo. El feminismo político favorece una perspectiva de contradicción de clases y la necesaria superación del capitalismo. Al mismo tiempo, enfatizan la tesis de que es desde sus luchas, como trabajadores

explotados; como vítimas de violência sexual; mientras oprimidas por dos o más Horas Laborales, las mujeres lograron su emancipación.

Palabras clave: feminismos, marxismo, socialismo.

1. Uma genealogia feminista

Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e do “complexo de Édipo” seria profundamente modificado.[...] Não se trata, bem entendido, de suprimir com uma penada todas as dificuldades que a criança tem de vencer para se transformar num adulto; a educação mais inteligente, mais tolerante não a poderá dispensar de realizar sua própria experiência à sua própria custa; o que se pode pedir é que não se acumulem gratuitamente obstáculos em seu caminho. (Simone de BEAUVOIR, op.cit., p. 496.)

Nosso ponto de partida é a *Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, da autoria de Olympe de Gouges de 1789 e a *Declaração dos Direitos da Mulher da inglesa* Mary Wollstonecraft, em 1794. Ambas assentam as bases de suas reivindicações na igualdade jurídica de homens e mulheres. A revolução francesa é o modelo clássico da luta de classes entre a nobreza e a burguesia, mas grande parte de seu sucesso se deve ao elemento popular: aos e as trabalhadoras de Paris.

Depois de muitos séculos de obscurecimento da participação das mulheres na revolução francesa, não obstante documentos comprobatórios, hoje se dá o devido mérito aos clubes das cidadãs e sua importância na luta pelos direitos políticos da população. Uma mulher em especial ficou mais conhecida por sua publicação Olympe de Gouges. Abolicionista militante e pacifista.

Enquanto Olympe de Gouges imortalizou-se por sua defesa radical dos direitos da mulher, deixados na sombra por ocasião da declaração dos direitos universais do homem, a inglesa Mary viajou de seu país para a França tendo em vista acompanhar de perto o processo revolucionário francês. Não se sabe se chegou a frequentar algum dos clubes das cidadãs e entrou em contato com Olympe mas não resta dúvidas que sua Declaração dos Direitos da Mulher, de 1794, absorveu as teses do texto de Olympe. Ao mesmo tempo, é importante assinalar o fato de que ambas, Olympe e Mary, eram fervorosas abolicionistas e pacifistas.

O capitalismo industrial e a criação de uma nova classe de trabalhadores no decorrer do século XIX provocam uma ruptura nas formas e objetivos das lutas sociais, originando uma geração de propostas de reformas sociais e o movimento socialista. As diferentes correntes socialistas e comunistas foram utilizadas pelos movimentos de mulher durante o século XIX, basta lembrar a importância de Charles Fourier e Owen e os laços que mulheres de vanguarda como Georg Sand e Flora Tristan mantinham com os socialistas, especialmente entre os anos 1830-40.

Em 1808, Karl Marx publicou o *Manifesto Comunista*, que compartilhava com as teorias socialistas ditas utópicas a mesma crítica radical à exploração e opressão dos trabalhadores, denunciando as condições terríveis a que ficaram reduzidas as mulheres e crianças nas fábricas londrinas. Ademais, o Manifesto atacava a hipocrisia da sociedade burguesa e sua defesa da família que, na verdade, tinha sido reduzida a casamentos de interesse nas classes superiores e impossibilidade de vida familiar para os pobres. Em 1884, Frederick Engels, aproveitando as notas e estudos antropológicos de Marx sobre a família, publica *As origens da*

propriedade privada, do Estado e da família, obra que seria a mais utilizada e citada pelos grupos feministas a partir dos anos 1960.

Em 1905, Sigmund Freud causa um enorme escândalo com seus “Três ensaios para uma teoria sexual”, em que analisa a sexualidade infantil (...). Ademais, como Marx que escrevia as bases de uma nova ciência, o materialismo histórico que serviria como substrato para movimentos sociais, partidos em nome, as teorias de Freud visavam criar o arcabouço teórico que permitisse a prática da psicanálise. Em comum, ambos os pensadores eram iluministas e admiradores de Charles Darwin. Marx queria dedicar o *Das Kapital* a Darwin, que recusou a homenagem, e Freud se vangloriava de estar ao lado de Galileu e Darwin no processo de desmitificação do humano. Galileu acabou com a fantasia de que o sol girava em torno da Terra; Darwin demoliu o criacionismo demonstrando nossa ascendência animal e ele, Freud, mostrou que temos um inconsciente e que o “penso logo sou” é uma meia verdade.

O século XX marca uma espécie de ponto de mutação dos movimentos de mulheres por seus direitos. **A diferença marcante entre as próceres do século XIX e as novas gerações do século XX reside exatamente no fato de marcar a ruptura entre uma história de mulheres notáveis e a história de movimentos sociais.** Em outras palavras, o século XIX testemunhou diferentes formas de contestação feminina, quer na arena política quer na vida pública, como trataremos de mostrar. Mas são vozes isoladas sem que se forme um movimento mais amplo em torno das reivindicações feminina, o feminismo só se apresenta como movimento social a partir do século XX.

2. As internacionais socialistas e a questão da mulher

O Manifesto Comunista foi uma convocação à unidade política do proletariado internacional. Mas é por ocasião de um encontro de operários em Londres em solidariedade aos poloneses vítimas de uma repressão russa, que a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) será criada, em 1864. A Europa de então conhecia uma situação sem precedentes de livre circulação de mercadorias, artes, letras e também de operários, assim como de organizações sindicais, especialmente a Inglaterra e França. A Primeira Internacional, como a AIT veio a ser conhecida, propunha-se a coordenar as lutas operárias e sua organização compunha-se de um comitê central e direções nacionais. A redação dos estatutos da Associação coube a Marx, que desde o Manifesto mantinha contatos regulares com sindicalistas e socialistas.

Apesar dos milhares de aderentes que reforçaram a Associação na Europa, as divergências entre Marx, que propunha um socialismo científico e os anarquistas de Michel Bakounin, ademais dos efeitos da guerra franco prussiana e da Comuna de Paris de 1871, terminam por levar a expulsão dos anarquistas e a mudança da sede para Nova Iorque.

O período que vai da década final do século XIX às primeiras décadas do século XX assistiu o crescimento sem paralelos de um poderoso movimento operário. A emancipação da mulher é um tema da segunda metade do século XIX, com a incorporação da mulher ao trabalho fabril, nas piores condições e menores salários. É interessante observar que a questão de gênero se coloca desde o início, quer seja pelo

fato das mulheres serem consideradas menos preparadas profissionalmente; quer seja pelas condições de trabalho, quer seja pela própria hostilidade dos operários que temiam a concorrência.

A história do desenvolvimento capitalista nos EUA esclarece as condições específicas da incorporação feminina ao exercito industrial. Como se sabe, no período 1870/1920 os Estados Unidos, vencida a guerra de secessão conheceu um notável desenvolvimento que o transformará na mais poderosa nação do mundo. A importância das atividades industriais aumentou sem cessar, incorporando contingentes crescentes de força de trabalho, especialmente dos imigrantes que não cessam de chegar. Estima-se que cerca de 24,5 milhões de europeus chegaram neste período. Analisando as estatísticas sobre as características da incorporação da mulher às atividades fabris nos EUA nesse período, observa-se que a primeira diferença de gênero concerne ao fato de que as unidades produtivas eram segregadas por sexo, existindo uma nítida diferença entre o pagamento feito aos homens e às mulheres. Os homens recebiam maiores salários e o sistema de pagamento masculino incluía incentivos e participações. No caso das mulheres, o pagamento era por peça. A discriminação contra as mulheres também era praticada pelas organizações de classe e sindicatos, com exceção do Industrial Workers of the World (IWW), fundado em 1905, que defendia as mulheres, minorias e trabalhadores sem qualificação. Radicais, apregoavam a luta de classes e necessidade de democracia nos locais de trabalho, suas lideranças eram perseguidas pela polícia e pela máfia, especialmente quando se opuseram ao esforço de guerra de guerra dos anos 1914-18. A oposição à guerra foi uma constante entre as associações operárias socialistas, nos EUA e na Europa.

Em 1889, depois da morte de Marx, coube à Friederich Engels a tarefa de reorganizar os socialistas a partir de um encontro em Paris, que originou o Congresso fundador da Segunda Internacional. Mais uma vez os anarquistas, que recusam a luta política e preconizam somente a ação sindical, não são aceitos. O Congresso toma a iniciativa de propor o dia primeiro de maio de 1890 como dia internacional do trabalho e reivindicar 8 horas de jornada de trabalho diárias, acompanhando igual proposta realizada pelos sindicalistas norte-americanos.

Se na Primeira Internacional as mulheres estavam excluídas, existindo um forte movimento contra a presença das mulheres no mercado de trabalho, a situação já não é a mesma por ocasião da Segunda Internacional, refletindo a presença crescente das mulheres nos espaços públicos. Analisando os anais das reuniões das três internacionais, Nicole Gabriel comenta que, se na primeira as mulheres estiveram ausentes e na terceira a maioria era russa, a segunda internacional foi dominada pelos alemães, refletindo a importância da social democracia alemã.² Ao mesmo tempo, as influências teóricas vieram de outras partes da Europa, como o livro de Auguste Bebel *La femme et le Socialisme*, de 1878.

3. O feminismo revolucionário: Clara Zetkin e Alexandra Kollontai

Muitas das conquistas obtidas pelas mulheres no decorrer do século XX são o resultado da militância e da prática teórica de Clara Zetkin (1867-1933) e Alexandra Kollontai(1872-1952). Elas fazem parte da geração seguinte à Marx/Engels e atuaram no campo das lutas de classes concretas, como bem observa Perry Anderson. Exponentes do movimento comunista internacional Clara e Alexandra dedicaram

grande parte de suas vidas à causa socialista, tanto na criação dos partidos comunistas na Alemanha e Rússia quanto, após a vitória da revolução bolchevique, à tarefa de construção de uma nova sociedade. Atuaram, ademais, na luta pela emancipação da mulher, escrevendo, debatendo, organizando trabalhadoras e socialistas nos movimentos de mulheres socialistas. Mas a grande organizadora do feminismo socialista foi Clara Zetkin, alemã, professora, *jornalista* e militantes política. De todas as feministas socialistas é ela quem dá prioridade a organização e a militância com as mulheres, fundando em 1890 a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão. Clara Zektin participou ativamente da organização das primeiras associações operárias femininas e associações de mulheres socialistas que, posteriormente, se agrupariam numa federação.³ Em 1907, por ocasião da 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara foi co-autora de uma resolução (aprovada) em que se exigia “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança”.⁴

Alexandra Kollontai nasceu na Rússia, foi a caçula amada e mimada de uma família de posses, recebendo formação teórica na própria casa paterna, com uma professora vinculada às camadas revolucionárias russas. Casou-se por amor, segundo ela, e teve um filho mas, três anos depois de casada, “a existência de dona de casa e esposa se converteu numa espécie de jaula”,⁵ o que a levou à militância junto ao movimento operário revolucionário russo ao mesmo tempo em que prosseguia seus estudos.

É testemunha da violenta repressão policial exercida pelo czar: “O domingo sangrento de 1905 surpreendeu-me na rua. Eu me dirigia com os manifestantes para o Palácio de Inverno e a visão do massacre cruel de operários desarmados ficou para sempre em minha memória”.⁶ Seguiram-se anos difíceis para a oposição, assim, em 1908, quando defensoras burguesas dos direitos femininos convocam para o Primeiro Congresso de Mulheres de toda a Rússia, os bolcheviques, apontando as limitações da propostas, declaram-se contra sua participação. Alexandra Kollontai, não obstante, procurou fazer com que as operárias socialistas participassem, em pequenos grupos. Consegui levar a cabo este projeto, recorda ela em sua autobiografia, não sem resistências. Meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos “feministas” e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres. Naquela época, não sabiam ainda valorizar em absoluto o papel extraordinário que cabia às trabalhadoras, às mulheres economicamente independentes, na luta política.⁷

Em represália à militância de Kollontai a polícia política russa aumenta o cerco em sua volta, obrigando-a ao exílio na Alemanha, onde ingressou no Partido Social-Democrata, militando como “oradora popular” e escritora, até 1917. Data de 1909 o aparecimento dos *Elementos sociais da questão da mulher*, a maior obra (também em tamanho, com mais de 400 páginas) de Alexandra sobre a condição da mulher. Ao referir-se ao tema da evolução e declínio da família, a autora utiliza os escritos de Engels e *A Mulher e o Socialismo* de Augusto Babel. Às teses consagradas pelo socialismo sobre o assunto, Kollontai adiciona dados e informações sobre a situação da mulher russa. Comentando as propostas dos socialistas para as “mulheres trabalhadoras esmagadas por um duplo fardo: as obrigações domésticas e o trabalho na fábrica”, ela aponta uma série de medidas sociais e políticas que poderão “aliviar a penosa situação das mulheres e das mães, de proteger a saúde e mesmo a vida da geração futura.”

Estas melhorias devem, em primeiro lugar, favorecer a aceleração do processo econômico que destrói a pequena unidade econômica familiar e que, tirando as preocupações com as tarefas domésticas – que pesam as mulheres trabalhadoras – e transferindo-as para coletividades especialmente adaptadas; em segundo lugar, elas têm por tarefas defender os interesses da criança e da mãe, de promover uma legislação protetora, incluindo o seguro materno; em terceiro lugar, finalmente estas medidas devem estimular a transferência do cuidado da nova geração da família para o Estado ou administração local, à condição expressa bem entendido, que ambos sejam plenamente democráticos.⁸

Alexandra Kollontai teve de afrontar o moralismo vigente, que pesava especialmente sobre a mulher. Ela atacou o que chamava de mentalidades atrasadas, defendendo uma nova mulher que trabalha, é independente e abdica da vida familiar burguesa (não será por coincidência que este perfil correspondia exatamente à própria Kollontai). Ao analisar as novas heroínas dos romances contemporâneos, ela comenta que “a mulher transforma-se gradualmente de objeto da tragédia da alma masculina em sujeito de sua própria tragédia”.⁹ Vale dizer, a mulher torna-se sujeito de sua própria história.

O destaque do tema da mulher trabalhadora não se reduz, no entanto, à questão dos direitos trabalhistas e à necessidade de socialização do trabalho doméstico. Kollontai, com muita sensibilidade, captou outro aspecto da opressão feminina, tal como ela formula em *A nova moral e a classe operária*, de 1918. Ela acreditava na capacidade do operariado em dar origem a uma nova moral em que a dedicação ao bem comum e à solidariedade entre homens e mulheres suplantaria o amor egoísta e antissocial da ideologia burguesa.

A contemporaneidade de dois temas assinalados– a crise das relações entre os dois sexos, especialmente visível a partir da própria contestação feminista ao modelo familiar tradicional (Kollontai diria “burguês”) e a questão das possibilidades de se preservar Eros nas relações sociais (que aponta para a abordagem psicanalítica e as possibilidades de construção de uma sociedade que não ocasione tanto mal-estar para seus membros) – são formulações que demonstram a sensibilidade de Kollontai. No entanto, a adesão das marxistas brasileiras privilegiou mais a dimensão social dos seus escritos do que propriamente sua visão sobre a nova qualidade da relação homem/mulher.

Na verdade, a radicalidade de Alexandra no tocante ao programa de libertação sexual não foi superada por nenhuma outra feminista do século XX. Pode-se bem imaginar o escândalo que causava sua defesa do amor livre, da liberalização do aborto e de uma nova família. O libertarismo de Alexandra também não era de agrado do comunismo oficial, tanto que o título de sua autobiografia, *Memórias de uma mulher comunista sexualmente emancipada* sofreu várias censuras pelos tradutores, a maior parte suprimindo o “comunistas” e outros o “sexualmente”¹⁰.

Assim como as conquistas republicanas obtidas nas primeiras fases da Revolução Francesa, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão possibilitaram um novo patamar político e teórico para as reivindicações das mulheres, as teses emancipacionistas do comunismo foram importantes para garantir novos direitos, especialmente nos primeiros anos da Revolução Russa de 1917. Pela primeira vez, um governo promoveu mudanças radicais nos direitos, inclusive no direito ao uso do próprio corpo (no caso, a liberalização do aborto), igualando os direitos masculinos e femininos. Penso que Alexandra

Kollontai, por seus escritos e militância, é uma mais do que adequada representante dessas conquistas socialistas.

4. A revolução teórica de Simone de Beauvoir

Mas é somente na segunda metade do século XX, período de expansão econômica do após duas guerras mundiais, e de consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo ocidental, que o feminismo moderno, com um programa de transformação social e cultural fez sua aparição na maior parte das metrópoles urbanas do Ocidente.

Simone de Beauvoir foi uma das intelectuais que mais contribuíram para as profundas transformações na condição da mulher que marcaram nosso século. Autora, narradora, pesquisadora e objeto de estudo, Simone criou uma obra em que escritos filosóficos, narrativas biográficas, fatos históricos e romances são o processo e o resultado de uma vida.

Seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949¹¹, quando a autora completava 41 anos, causou um furor imediato entre os intelectuais e a imprensa francesa, tornando-a uma celebridade nacional e internacional. Poucos trabalhos escritos por uma mulher foram tão lidos e discutidos em tantas partes do mundo e poucas mulheres conheceram tanto sucesso e reconhecimento intelectual como Simone de Beauvoir.

A rejeição também foi enorme e, como soe acontecer quando se trata de mulheres, os ataques dirigiram-se à questões morais (o escândalo de uma mulher que recusava a domesticidade, que nunca casou formalmente, que amou homens e mulheres e, principalmente, que se expunha pela escrita. Simone fez de seu projeto de vida – produzir uma obra de valor universal – o objeto de suas reflexões e de sua obra intelectual. De maneira que sua biografia remete aos personagens dos seus romances e esses dizem respeito às experiências reais de Simone: ela na intimidade, Sartre, a relação entre ambos, rompendo com as convenções burguesas, em resumo, um estilo de vida muito pouco convencional.

Não é exagero afirmar que o *Segundo Sexo* é a obra que originou o feminismo contemporâneo e cimentou o caminho para a teoria de gênero e uma nova concepção de sexualidade. Até o clássico de Simone de Beauvoir a luta pelos direitos da mulher era travada principalmente em termos de direitos de voto e direitos sociais. Com Simone e o seu “ninguém nasce mulher” as tradições e preconceitos que regem nossa sociedade, bem como suas normas e padrões de normalidade, receberam um forte abalo. Não atoa o livro foi excomungado pela Igreja em 1956, quando as traduções nacionais impulsionaram a difusão das ideias de Simone, que foi uma protodesconstrucionista pois tudo aquilo que “se torna” pode ser desconstruído.

A publicação do *Segundo Sexo* no Brasil resultou de sua viagem ao nosso país, em 1960, com Jean Paul Sartre. Aproveitando a ocasião, a editora Difusão Europeia do Livro, que já tinha publicado 2 romances de Simone, aproveitou o ensejo e publicou os dois volumes de *O Segundo Sexo*, na tradução primorosa de Sergio Millet.

E foi a publicação do livro que deu às leitoras brasileiras, feministas em construção, a argumentação precisa para responder aos argumentos das diferenças biológicas que justificariam uma

pretensa superioridade masculina. Faço parte dessa geração das filhas de Simone que descobriu o acervo de obras sobre a opressão da mulher, escritas principalmente pelos e pelas socialistas do século XIX, especialmente a obra de Marx e Engels. E também a importância das lutas e da presença das mulheres em todas as revoluções socialistas do século XIX e XX.

Dada a clandestinidade dos partidos comunistas e a guerra fria, pouco se conhecia no país sobre as conquistas obtidas pela revolução socialista de 1917 e pelas mulheres que dela participaram e foram as primeiras a obter a completa igualdade com os homens em matéria de direitos. A leitura do *Segundo Sexo* revelou a análise marxista sobre a opressão da mulher e as lutas e conquistas das socialistas alemãs e russas, especialmente Clara Zetkin e Alexandra Kollontai.

Simone, como Clara e Alexandra, inspirou-se e utilizou os escritos dos socialistas e comunistas, incorporando a seu trabalho as teses de Engels sobre as origens da família e da opressão da mulher. O ocultamento da incorporação do marxismo no *Segundo Sexo* é uma das dimensões da atual despolitização do feminismo e suas teóricas, assim como o ocultamento das lutas operárias e do fato inquestionável que as lutas pela libertação nacional; as lutas de classe e as lutas contra a opressão da mulher são lutas encabeçadas e apoiadas por pessoas e partidos de esquerda. No caso de Simone, socialista convicta e feminista tardia, a frase encantada é “ninguém nasce mulher”, que inicia o livro é citada *ad nauseam*. No entanto, nunca vi menção ao fato de Simone terminar seu livro com uma citação de Marx¹² que diz:

A relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Do caráter dessa relação decorre até que ponto o homem se comprometeu como *ser genérico*; a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nela se mostra portanto até que ponto o comportamento *natural* do homem se tornou *humano* ou até que ponto o comportamento *natural* do homem se tornou seu ser *natural*, até que ponto sua natureza humana se tornou *sua natureza*.

O *Segundo Sexo* é contemporâneo do período de desencanto com a URSS estalinista, das dissidências comunistas, do aparecimento da Nova Esquerda, da revolução cubana e da guerra do Vietnã. *No entanto, sem negar a importância política do legado socialista e da luta das sufragistas, a geração que assumiu o feminismo com maior radicalidade foram as jovens das revoltas estudantis dos anos 1968.*

A marca diferencial do feminismo 68 e sua força propulsora é portanto o ativismo dos jovens e sua urgência revolucionária. Dos estudantes contra as estruturas arcaicas das universidades; dos jovens em geral contra a repressão sexual; dos jovens contra as guerras coloniais. Quem melhor caracterizou isso foi Immanuel Wallerstein (1930-2019) utilizado a expressão “movimentos anti-sistêmicos”, É um feminismo jovem, principalmente de estudantes e universitárias, reforçado pela participação ativa de intelectuais como a inglesa Juliet Mitchel (1944); as francesas do coletivo Éditions de Femmes; as norte-americanas com o reforço de Betty Friedman (1921-2006) e Shulamith Firestone (1945-2012); bem como as brasileiras leitoras de Simone de Beauvoir.

Assim, enquanto na primeira metade do século XX surgem os primeiros movimentos de mulheres lutando por reivindicações pontuais como o direito ao voto, à educação, aos direitos laborais, a segunda metade vai ser marcada pelas teorias de libertação, emancipação, autonomia das feministas e propostas de

transformação ao radical da sociedade, quer teorizadas pelo feminismo socialista quer teorizada pelo feminismo radical.

Essas tendências relacionam-se às duas matrizes político-geográficas: França e USA. Isso em decorrência do fato de as correntes socialistas e comunistas serem muito fortes na França, com o legado de terem resistido ao nazismo enquanto a direita se acomodava com os invasores alemães. Nos USA é a juventude rebelde dos campus da Universidade Berkeley na Califórnia e a resistência à guerra do Vietnã que fermentam o feminismo, aliado dos pacifistas e do movimento negro. Enquanto feminismo francês é nitidamente anticapitalista a vertente norte-americana apoia-se sobre os direitos civis. Sua mais notável representante é a filósofa Angela Davis, também militante comunista e apoiadora dos Black Panthers. Angela (1944) representa a nova geração militante, contemporânea ao movimento pelos direitos civis nos EUA. Filósofa e professora emérita de filosofia.

5. O feminismo brasileiro dos anos 1975-85.

Quando a ONU estabeleceu que 1975 seria o Ano Internacional da Mulher, vale dizer, objetivo prioritário das políticas mundiais, os movimentos feministas europeus viviam seu apogeu. A Itália, sede da então toda poderosa Igreja católica, aprovava o divórcio em 1970 e descriminalizara o aborto em 1978, na França o divórcio data de 1792, no bojo da Revolução Francesa e a lei que permitiu a interrupção voluntária da gravidez foi promulgada em 1976, enquanto que na Inglaterra o aborto fora descriminalizado em 1968 e o divórcio data de 1973.

Nessas mesmas décadas, o Brasil, como outros países do Cone Sul, amargavam ditaduras militares; os jornais, filmes, obras teatrais e musicais estavam sob censura prévia, e as manifestações e reuniões políticas eram duramente reprimidas. Mas também aqui abriu-se um espaço para a comemoração do Ano Internacional que, posteriormente, transformou-se em Década da Mulher. Foi o momento em que as mulheres, reunidas em torno de problemas do custo de vida; da falta de creches, em colaboração com os primeiros grupos feministas fizeram sua aparição na cena política, organizando congressos de mais de 2 mil mulheres e participando ativamente das eleições de 1978, em que a oposição à ditadura obteve ganhos significativos. Paradoxalmente, o divórcio, que era reivindicado há tempos sem força política para ser sequer proposto no Congresso, terminou sendo introduzido em 1977 pelo capricho de um ditador protestante, Ernesto Geisel que assim afrontava a Igreja católica.

Durante a ditadura, nem toda a militância das mulheres era feminista, o que torna a expressão “movimento de mulheres” mais condizente com as lutas pela democracia, pela anistia, contra a carestia, por creches e pelo fim da violência contra a mulher que agitaram o país entre 1975-82. O longo processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra” (hoje denominado feminicídio), a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher (1975-85).

A transformação do contexto político resultante dessas novas militâncias – em que o feminismo marcou presença – ampliou o cenário do embate político e a relação dos movimentos sociais com o Estado.

Face à derrota da resistência armada, a prisão, morte ou banimento das e dos oponentes políticos, somado à censura nos jornais, surgiram espaços alternativos de militância e reorganização partidária. Numa época em que não havia internet, a imprensa alternativa servia de canal para a formação de coletivos políticos. Isso é válido tanto para o jornal *Movimento*, ligado ao PCB e aos marxistas católicos da Ação Popular (AP), como para o *Em Tempo*, um dos baluartes da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) – ambos se enquadram na categoria de jornais orgânicos, no sentido gramsciano, de estar a serviço de uma causa.

Onipresente na sociedade brasileira, a poderosa e organizada instituição ideológica que é a Igreja Católica também conheceu seus rebeldes, padres e leigos cujo propósito comum era uma ação social, uma igreja voltada para o povo desvalido. A Teologia da Libertação espalhou-se por toda a América do Sul e foi especialmente ativa durante a ditadura. Foi essa vertente de esquerda da Igreja que criou um espaço no qual os grupos políticos clandestinos puderam atuar na tarefa da conscientização. Em meados dos anos 1970 as feministas distribuíam seus jornais e faziam discussões nos clubes de mães organizados pela Igreja e se relacionavam também com movimentos já estruturados como o movimento contra a carestia, as associações de donas de casa, a associação das empregadas domésticas e os núcleos de departamentos femininos nos sindicatos.

Como acentua Mariza Corrêa, uma das principais características do feminismo contemporâneo, desenvolvido na década dos anos 1970, foi estar “intimamente vinculado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares que desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (...) até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades,”além da presença em movimentos políticos, como “movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais” (Corrêa, 2001:1415.)

Esses movimentos, como a grande maioria dos movimentos sociais do começo da década de 1970, eram constituídos principalmente por mulheres. São elas quem em, 1978, organizaram uma manifestação nas escadarias da Igreja da Sé e, apesar das barreiras policiais, desfilam pelas ruas. Elas tinham conseguido 1,3 milhão de assinaturas para um abaixo assinado que sugeria medidas de urgência dada a inflação que reduzia o poder de consumo.

Outro movimento que uniu todos os grupos e agremiações de mulheres foi o Movimento pelas Creches, iniciado em 1970 e atuante até os dias de hoje. Por fim mas não por último, é preciso mencionar a participação majoritária de mulheres, por sua própria história e experiência com a repressão da ditadura, na organização e liderança do movimento pela anistia, com a formação do Movimento Feminino pela Anistia a partir de 1975, e os grupos de apoio aos presos políticos, com o Grupo dos Familiares de Mortos e Prisioneiros Políticos.

6. Quem eram as feministas na década dos 70 e 80 ?

A mais evidente prova da implantação das ideias feministas é a mudança semântica da palavra. Hoje são inúmeros os estudos que definem como feministas mulheres ou atos relativos aos direitos das mulheres. Mas nem sempre foi assim. Durante muitos anos, o feminismo foi difamado como um movimento de mulheres mal amadas. Nesse sentido, por muito tempo declarar-se feminista implicava em um ato de coragem política. Depois do jornal *Nós Mulheres*, que em seu editorial n.1 define o que é ser feminista, somente o Grupo Lésbico Feminista (LF) e em 1980 a Frente Nacional de Feministas (FBM) assumiam a designação, ao passo que os demais agrupamentos utilizavam o eufemismo de “femininos”.

Segundo Mariza Côrrea, não é fácil traçar um perfil muito específico das feministas da época, pois incluíam desde atrizes como Ruth Escobar, a professoras universitárias e estudantes, ou ainda sindicalistas, jornalistas, ativistas dos movimentos populares, entre outros segmentos. Aos poucos, as discussões em teatros lotados; os festivais de música e outros eventos serviram de palco para os protestos e as transgressões. Artistas libertárias como Rita Lee foram perseguidas (Rita chegou a ser presa), o que não impediu que a bandeira das liberdades democráticas e a luta pelo retorno a democracia agregasse cada vez mais amplos estratos da sociedade.

Dessa maneira, após os anos de chumbo da ditadura militar, a década dos anos 1980 foi a luz no final do túnel. A imprensa alternativa se diversifica, a anistia de 1979 permitiu o retorno de centenas de exilados, cassados e expulsos, além de tirar das prisões os condenados por crimes políticos. O próprio crescimento do movimento popular (especialmente aquele coordenado por mulheres, como os clubes de mães, movimento contra o custo de vida e a luta por creches), o ativismo dos metalúrgicos e a reorganização partidária, com a criação do PT, são alguns dos indicadores das profundas mudanças no cenário político do país.

No texto em que defende a importância da imprensa alternativa na luta política contra a ditadura militar, Maria Paula de Nascimento Araújo (2004:172) destaca a presença ativa dos jornais feministas. A autora comenta que o jornal *Em Tempo*, “pressionado pela imprensa feminista, de grande vigor na época”, realizou a cobertura de encontros sindicais de mulheres em 1978 e, em matéria de página inteira, destacou “como organizar as mulheres”, dialogando com os principais jornais feministas da época: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*¹³.

Como se acontecer, o próprio potencial político do movimento de mulheres em São Paulo provocou uma nova fase de disputas políticas entre as diferentes correntes da esquerda em oposição às feministas independentes. Ao mesmo tempo, os grupos e mulheres que se autointitulavam feministas passam a constituir um novo campo de força dentro dos movimentos sociais. Organizam em Valinhos, cidade do interior do estado de São Paulo, o Primeiro Encontro Feminista” em 1980, ocasião em que a bandeira da violência contra a mulher une os diferentes grupos. Paulatinamente, o feminismo político dos anos 1970, centrado mais na questão das classes sociais, foi sendo substituído por uma nova geração de feministas que privilegiavam a questão da violência contra a mulher, dando origem ao SOS-Mulher (um grupo de acolhimento a mulheres vítimas de violência).

Quando, nos anos 1980, as forças de oposição à ditadura militar assumem suas discordâncias – especialmente em torno da questão partidária e das diferentes concepções de democracia – também os

grupos feministas sofrem divisões. As feministas históricas separaram-se a partir de suas militâncias respectivas, engrossando o PT ou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹⁴, mantendo uma política de ação conjunta em algumas frentes.

Com o passar dos anos, o feminismo foi ficando cada vez mais plural e novos enfoques e objetivos foram tomando corpo. É interessante observar que a tentativa de coletivos em torno dos direitos homossexuais não ter prosperado pelo fato das lésbicas se sentirem discriminadas e hostilizadas pelos gays. Também se sentiam minoritárias nos grupos feministas existentes, razão pela qual muitas delas tenham preferido organizar grupos próprios, como aconteceu com o Grupo Lésbico Feminista (LF) no final da década dos anos 1970. Na verdade, o “Encontro Feminista de Valinhos” comprovou a quantidade de grupos e as diferenças entre as feministas veteranas e as lésbicas. Houve toda uma discussão na hora das resoluções e, finalmente, o programa se concentrou num tema, com o qual todas estavam de acordo: a violência contra a mulher, com a fórmula “quem ama não mata”, extremamente adequada.

7. A construção do movimento LGBT

No Brasil, o primeiro grupo de afirmação homossexual denominado Somos é criado em 1978 em São Paulo. Até então o ativismo homossexual concentrava-se mais na organização de fãs clubes de artistas ou em espaços de convivência como bares e dancings. Não havia propriamente uma perspectiva de militância política. Os participantes do Somos mantinham relações próximas com o gays mas que também defendia os direitos das mulheres e das minorias étnicas. As tiragens do jornal eram de 10 a 15 mil exemplares e ele tinha circulação nacional.

No entanto, a história do movimento é constituída por conflitos. As lésbicas que integravam o Somos começaram a constituir sub-grupos como o “Grupo Lésbico Ferminista (LF)”, que depois foi chamado de “Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)” à medida que se sentiam discriminadas pelos gays. Uma de suas mais conhecidas participantes, a historiadora Marisa Fernandes comenta que, em julho de 1979, realizou-se uma reunião do grupo Somos com a presença de oitenta gays e dez lésbicas em que elas propuseram um temário que, entre outros pontos, tratava do machismo dos gays. A proposta gerou muita discussão e foram chamadas de históricas, sendo apoiadas por um pequeno número de gays.

Ademais, explica Marisa, o LF era bastante plural, tinha de empregada doméstica a programadora de *software*, mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto em comum entre elas era o lesbianismo¹⁵.

O LF participou da coordenação do “1º Congresso da Mulher Paulista?”] de 1979 a convite das feministas do *Nós Mulheres* mas suas propostas encontraram a resistência de grupos políticos que atuavam no movimento com uma visão estreita das próprias mulheres da periferia que diziam defender. Marisa lembra que a primeira e organizada aparição do LF em público foi um escândalo mesmo para as feministas. As lésbicas defendiam a luta das mulheres pelo direito ao prazer e a sua sexualidade e que “rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina que não aceitava o desejo da mulher e que tomassem conhecimento de que a heterossexualidade era imposta a todas as mulheres como única sexualidade

normal”¹⁶.

O I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) foi realizado em São Paulo em abril de 1980, com cerca de 200 participantes, vindos de diversas partes do país, e com o predomínio numérico dos gays. O encontro foi palco de discussões sobre o machismo e o lesbianismo e o feminismo e evidenciou um clima de desrespeito às lésbicas e ao corpo da mulher [o termo “lesbianismo” tem sido evitado, sugiro colocar: “discussões sobre o machismo e o feminismo das lésbicas, evidenciando um clima de desrespeito a elas e ao corpo da mulher”. As discórdias geradas na participação do evento provocaram o rompimento das lésbicas com o SOMOS [e a mudança de nome do LF para] Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

Mas tendo como inimigo comum a ditadura militar e seus defensores, a solidariedade reinava entre as feministas, antirracistas e homossexuais que se apoiavam mutuamente. Contra um delegado, famoso por sua prepotência e que tinha como alvo principal prostitutas, homossexuais e travestis, foi organizado uma grande manifestação e um ato público, em 13 de junho de 1980, em São Paulo. As lésbicas carregavam um cartaz dizendo *Pelo Prazer Lésbico* e outro *Contra a Violência Policial*. Para Marisa Fernandes esse evento se configura como a primeira passeata LGBT do país [da cidade de São Paulo] e a data acabou sendo incorporada ao movimento LGBT^S como um marco a ser comemorado.

Em 1981 começa a circular o pioneiro boletim lésbico *Chanacomchana* distribuído pelas militantes do GALF. No dia 23 de julho de 1983, as lésbicas distribuíam o jornal no Ferro’s Bar, no centro da cidade de São Paulo, quando foram expulsas do local. Ocorre que o bar era um dos lugares prediletos da sociabilidade lésbica que constituíam a esmagadora maioria da clientela noturna. Para surpresa do dono do bar, no 19 de agosto o local foi invadido por centenas de lésbicas numa ação política encabeçada por Rosely Roth, que providenciou ampla cobertura da imprensa e recebeu o apoio das feministas, de integrantes dos movimentos negros, dos gays e defensores dos direitos humanos. E assim, as lésbicas continuaram a vender o *Chanacomchana* no bar e passaram a comemorar a data como o Stonewall brasileiro.

Em 1989 o GALF se dissolveu, comprovando o fim de um período político e de um certo tipo de militância. Muitos anos passados, em agosto de 1996, cerca de uma centena de lésbicas reuniram-se no Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), no Rio de Janeiro, com o intuito de criar um espaço próprio de militância. Nessa mesma reunião definiram o 23 de agosto como dia da Visibilidade Lésbica.

8. As muitas opressões da mulher negra

O III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe de 1985 marcou a passagem para um feminismo diversificado, em que as feministas lésbicas organizaram-se em torno de questões que lhes diziam mais respeito e as feministas negras também constituíram um grupo a parte, vale dizer, a primazia da orientação sexual num caso e a primazia da raça/etnia no outro. Em termos de políticas públicas, a prioridade das primeiras era o reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo, o direito a adotar crianças e a criminalização da homofobia. No caso do movimento negro, a maior pressão se dava para as políticas de reparação, com a exigência de cotas raciais em todos os níveis da administração pública; nas universidades e outras instituições públicas de ensino. Utilizando as categorias de Nancy Fraser, é possível

dizer que as lésbicas buscavam reconhecimento, como bem indica o fato de denominarem sua data comemorativa como o dia da visibilidade, enquanto as feministas negras pautavam mais por reivindicações sociais, de redistribuição de bens materiais e simbólicos.

As estatísticas comprovam fartamente que as mulheres negras ocupam o degrau inferior da sociedade brasileira, qualquer que seja o critério utilizado: emprego, renda e educação, poder político, cargos públicos. Elas constituem as camadas mais pobres da sociedade, com piores qualificações, salários menores e maior encargo familiar. A população negra é a mais dizimada por mortes violentas, especialmente no caso de mortes provocadas por ações policiais e a mulher negra é especialmente vítima da violência de gênero.

Este conjunto de adversidades também dificultou a emergência de intelectuais negras e da organização das mulheres negras em torno do racismo. Assim sendo, a luta contra o racismo deu-se a partir dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais de mulheres. No caso específico do feminismo, foram algumas jovens estudantes que se integraram aos grupos já existentes mas, como aconteceu também no caso das lésbicas, as negras não se identificavam com o feminismo branco de classe média.

Não obstante, os primeiros movimentos negros de mulheres puderam compartilhar do arsenal teórico e da argumentação política das feministas dos anos 1970. A insuficiência desse arsenal não derivava de suas raízes eurocêntricas, mas pelo fato de que havia uma tendência muito forte de reduzir a argumentação e as demandas aos problemas sociais. Como o público alvo das feministas eram as mulheres da periferia que estavam lutando por creches contra a carestia ou por um posto de saúde, a tendência da esquerda, incluindo as feministas, era privilegiar a dimensão das dificuldades econômicas, como se as mulheres da periferia não tivessem os mesmos problemas com respeito à sexualidade, a violência doméstica e problemas com a criação dos filhos, como a maioria das mulheres.

Com relação às mulheres negras, havia ainda o fato de que eram o maior contingente do emprego doméstico e que os patrões e patroas eram da classe média brasileira, branca. Essa relação de poder era agravada pelo fato de que, naquele tempo, a maioria das empregadas domésticas residia na casa dos patrões em minúsculos “quartos de empregadas”. O trabalho realizado nas casas particulares, que também eram a casa das empregadas, reproduzia uma situação de vulnerabilidade e dependência e dificilmente poderia criar laços de solidariedade entre mulheres, pois se tratava de patroas e empregadas, de quem manda e de quem obedece. De mulheres que com frequência abandonavam seus filhos para cuidar dos filhos das patroas.

Não é de se estranhar que tenha sido a filha de uma empregada doméstica indígena e de um pai negro, Lélia de Almeida Gonzalez (1930-94), uma das mais ativas militantes do feminismo negro, a pensar de forma articulada as dimensões da classe social, raça e gênero. Graduada em História e Filosofia na Universidade de Guanabara, doutorou-se em antropologia política. Foi professora de filosofia na rede pública de ensino, conhecida por suas posições de resistência à ditadura militar e ativista do movimento negro. Militante feminista e antirracista, ajudou a criar e participou o Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas Negras, além de sua participação no jornal *Mulherio* editado em São Paulo. O MNU, fundado em 1978, foi uma das primeiras iniciativas de congregação de grupos políticos negros de várias partes do Brasil e, entre suas várias conquistas, está a criação, em 2001, do dia da consciência negra, feriado em vários estados do Brasil.

A tradição de luta das e dos afrodescendentes norte-americanos e a produção teórica de autoras como Angela Davis desde os anos 1960 e de bell hooks], pseudônimo de Gloria Jean Watkins (1952) que publicou em 1981 a livro *Aint I a Woman?*, serviram de referência para as intelectuais negras brasileiras. Assim, a partir do final da década do 1980, as feministas negras passaram a formular análises acuradas das diversas dimensões do racismo que estruturam as relações sociais no Brasil.

Feminismo contra o neoliberalismo e os riscos do identitarismo

Vivemos estamos atualmente, em escala mundial, um período de ataques aos direitos de gênero, assim como aos direitos trabalhistas e à laicidade em geral. Um cartaz que viralizou na Espanha no 8 de março de 2018 dizia: *I can't believe we are still fighting for this shit*. Como não concordar? Afinal, passadas quatro décadas do ano internacional da mulher, e um centenário da revolução russa, nós mulheres ainda temos de lutar pela igualdade salarial? Contra o assédio e a violência de gênero? Mais ainda lutar para nos integramos ao mercado de trabalho capitalista?

Essas são questões pertinentes, colocadas pela/o filósofo/a Paul B. Preciado (ex Beatriz Paul Preciado) a propósito da citada greve, quando discute os limites e riscos das políticas identitárias. Em um trecho de seu artigo “La grève féministe, un mode de vie”, observa que “o sucesso da greve de 8 de março de 2018 mostra ao mesmo tempo a eficácia e os limites da luta identitária, porque parece claro que não obstante as mulheres não existirem enquanto entidades naturais elas existem em tanto que sujeito oprimido da história.

O problema é que não se trata de um sujeito único e monolítico. Porque existem mulheres que trabalham e outras não; mulheres que empregam e mulheres que são empregadas, e assim por diante. O problema político dos identitarismos reside em ignorar a dimensão de classe, o peso do capitalismo e dos donos do poder em geral, colocando-o como uma das variáveis entre outras. O problema do feminismo identitário é igual ao das políticas identitárias gay ou lésbicas: suas reivindicações foram codificadas no interior da linguagem da democracia liberal e se inscrevem nos limites políticos e econômicos do livre mercado e da família burguesa.

Enquanto nos manifestamos pelo direito de nos integrarmos plenamente à estrutura discriminadora da economia liberal, nossas energias revolucionárias permanecem cativas do imaginário dominante.¹⁷

Em outras palavras: a luta das mulheres tem de ser radical, não apenas contra o patriarcalismo e o racismo estrutural mas contra a exploração de classe do modo de produção capitalista. Enquanto os meios de produção e a riqueza estiverem concentrados nas mãos de uma ínfima minoria não haverá nem justiça nem paz.

Bibliografia

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. *in* Reis, A.R., Ridenti, M. e Motta, R.P.S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois(1964-2004)* Bauru: EDUSC, 2004, p.172

CORREA, Mariza Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal in *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.13-30.

HÄHNLER, June. *Emancipating the Female Sex. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1950*. New York: Duke University Press, second print 1993, p220

MORAES, M. L. Q. *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro*. Tomo 2: Movimentos sociais, cidadania e democracia no Cone Sul. Coleção Trajetória n. 9. Campinas: IFCH-Unicamp, 2017.

ROWBOTHAM, Sheila. *Threads through time*. Writing on History and Autobiography. London: Penguin Books, 1999.

ROWBOTHAM, Sheila. *Women, Resistance & Revolution*. New York: Vintage Books, 1972.

SCOTT, Joan Wallace. *The Fantasy of Feminist History*. Durham: The Duke University Press. 2011.

Notas:

¹ Maria Lygia Quartim de Moraes, socióloga e feminista, é professora titular aposentada da Unicamp e professora Visitante na Unifesp-Baixada Santista. Membro dos grupos: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/23246#recursosHumanos> e Teorias e Militâncias Feministas: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/337153> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6132-1930> E-mail: maria_quartim@uol.com.br

² GABRIEL, Nicole. L'internationale des femmes socialistes. Matériaux pour l'histoire de notre temps. Année 1989, volume 16, Número 1, p.34-41

³ KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, Editora Proposta, 1980, p.52.

⁴ Idem, p. 62.

⁵ Idem, p. 62.

⁶ Idem, p. 16.

⁷ Idem, p. 19.

⁸ KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, Editora Proposta, 1980, p.95-96.

⁹ STORA-SANDOR, Judith. *Alexandra Kollontai: marxisme et révolution sexuelle*. Paris, Maspéro, 1973, p.132.

¹⁰ Talvez até por uma ironia histórica, Simone de Beauvoir intitulou o primeiro livro de sua autobiografia de “Memórias de uma moça bem comportada”.

² Em 1956 o livro foi colocado no “index” dos livros de leitura proibida para os católicos.

¹² Na verdade é uma citação de Charles Fourier (1772-1837) utilizada por Marx.

¹³ O jornal *Brasil Mulher* circulou de 1975 a 1980, publicando 16 edições regulares e quatro extras. Já o jornal *Nós Mulheres* circulou de 1976 a 1978, publicando oito edições nesse período.

¹⁵ Revista *Cult*, n.235, 2018, p.3

¹⁶ Revista *Cult*, n.235, 2018, p.3

¹⁷ La grève féministe, un mode de vie, *Libération*, http://www.liberation.fr/debats/2018/03/23/la-greve-feministe-un-mode-de-vie_1638450.

Recebido em: 30.06.2020

Aprovado em: 30.07.2020